

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1771/2020-PGJ, DE 19.5.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 14.4.2020, o 1º período de férias da Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva, concedidas por meio da Portaria nº 4498/2019-PGJ, de 3.12.2019.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1770/2020-PGJ, DE 19.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto e o Promotor de Justiça de Campo Grande Fernando Martins Zaupa, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, ENCCLA, da Secretaria Nacional de Justiça.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1758/2020-PGJ, DE 19.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1226/2020-PGJ, de 13.4.2020, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 1º, 2, 8 e 9.7 e 5.8.2017, que seriam usufruídos no período de 18 a 22.5.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1769/2020-PGJ, DE 19.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Coordenadora do Núcleo da Cidadania, para, sem prejuízo de suas funções, participar de videoconferência do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Mato Grosso do Sul, Consep/MS, no dia 20.5.2020, às 8h30min.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1752/2020-PGJ, DE 18.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Adriano Barrozo da Silva	2019/2020	20	27.4 a 16.5.2020
Alexandre Estuqui Junior	2019/2020	30	16.4 a 15.5.2020
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	2019/2020	19	27.4 a 15.5.2020
Lia Paim Lima	2019/2020	20	13.7 a 1º.8.2020
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	2019/2020	30	6.4 a 5.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1772/2020-PGJ, DE 19.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 19.5.2020, as férias da Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, com as modificações trazidas pelas Portarias nº 145/2020-PGJ, de 15.1.2020, e nº 291/2020-PGJ, de 27.1.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1754/2020-PGJ, DE 18.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Egma Aparecida Vicente Pereira, Técnico I, e Márcio Luiz de Sousa, Assessor de Procurador, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão do Memorial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, passando esta a ter a seguinte composição: Ana Paula de Campos Trindade, Ana Paula Leite da Silva, Cynthia Maria Souza da Silveira, Egma Aparecida Vicente Pereira, Felinto Paes de Barros Neto, José Guilherme de Oliveira, Lygia Mara Rosa da Silva, Márcio Luiz de Sousa, Marina Borges Soares, Paula Rogeria Gama Santos, Renata Gomes Carpes, Sandra de Campos, Silvana Pinheiro da Silva, Waleria Silva Leite e Wilson Nantes de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1766/2020-PGJ, DE 19.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestarem serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: NÚCLEO DE PROJETOS		
SERVIDOR(A)	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Bruno Zanatto Macedo	Analista/Engenharia Elétrica	14.5.2020
Emanuelly Martins Atanasio da Silva	Analista/Arquitetura	14.5.2020
Phelipe Alves de Oliveira	Analista/Engenharia Civil	14.5.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1767/2020-PGJ, DE 19.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 76/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; e revogar a Portaria nº 3363/2017-PGJ, de 2.10.2017 (Processo PGJ/10/3313/2014).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1768/2020-PGJ, DE 19.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 45/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/0902/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0077/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2020.00003533-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 11 de maio de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 28 DE MAIO DE 2020, ÀS 14 HORAS, POR TELECONFERÊNCIA.

7. Processos das Comissões Permanentes:**7.1. Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003924-8**

Requerentes: 1º, 2º, 3º e 4º Promotores de Justiça da Comarca de Naviraí-MS.

Assunto: Alteração das atribuições das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça da Comarca de Naviraí-MS.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004474-0

Requerente: Procurador de Justiça Francisco Neves Júnior, Coordenador do CAO dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência e do NEVID.

Assunto: Modificação das atribuições da 72ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes, Presidente; Silasneiton Gonçalves, Suplente; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

7.3. Procedimento de Gestão Administrativa n.º 09.2019.00003671-8

Assunto: Alteração da Resolução nº 018/2010-PGJ, para consolidar a elevação das Promotorias de Justiça de Rio Verde de Mato Grosso e Anastácio à categoria de “Segunda Entrância”.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Gerardo Eriberto de Moraes, Membro; e Alexandre Lima Raslan, Secretário.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Ofício nº 035/2020-PRES/SALJ, de 17.4.2020, encaminhado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

8.2. Referendar a Portaria nº 1326/2020-PGJ, de 24.4.2020, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, à época, Paulo Cezar dos Passos, férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2019/2020, para serem usufruídas no período de 5.5 a 3.6.2020.

8.3. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, à época, Paulo Cezar dos Passos. (Processo PGJ/10/0912/2020).

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 25 DE MAIO DE 2020, ÀS 8 HORAS.

2. Ordem do dia:**2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Julgamento de Procedimento:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004173-2**

Assunto: Depoimento das testemunhas, nos termos do art. 102, e seguintes da Resolução nº 003/2012/CSMP, de 18.12.2012.

Advogado: André Borges – OAB/MS 5.788.

Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2020.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:**

7.1.1. Expediente: 1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista: Ofício nº 0230/2020/PJ/BVT, de 22.4.2020, subscrito pelo Promotor de Justiça Willam Marra Silva Júnior, encaminha o Certificado de conclusão do curso de "Mestrado em Garantismo e Processo Penal pela Universidade de Girona (Espanha) em parceria com o Instituto IDH de Campo Grande-MS", para fins de registro junto ao Conselho Superior. (*Protocolo Unificado nº 02.2020.00023599-0*).

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, tomou ciência do Certificado de conclusão do curso de "Mestrado em Garantismo e Processo Penal pela Universidade de Girona (Espanha) em parceria com o Instituto IDH de Campo Grande-MS do Promotor de Justiça Willam Marra Silva Júnior.*

7.1.2. Processo:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00002686-4.**

Requerente: Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo, titular da 76ª Promotoria de Justiça da Campo Grande.

Assunto: Requer autorização para participar das aulas presenciais até o término do curso, como aluna especial, todas as quintas-feiras, no período vespertino, de Mestrado de Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, na disciplina "O Processo Penal à Luz dos Direitos e Garantias Fundamentais".

Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou o arquivamento do Procedimento de Gestão Administrativa, nos termos do voto do Relator.*

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000217-5**

57ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar insuficiência de enfermeiros para atendimento aos pacientes do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, bem como o regular funcionamento do NIR (Núcleo Interno de Regulação).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 57ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - SAÚDE - REGULAÇÃO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL - INSUFICIÊNCIA DE

ENFERMEIROS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES - IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO INTERNO DE REGULAÇÃO - DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÃO - FATOS ABRACADOS PELA APURAÇÃO HAVIDA NO INQUÉRITO CIVIL AUTUADO SOB O Nº 06.2020.00000037-4 - ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO COM OBJETO MENOS ABRANGENTE - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para o fim de apurar irregularidades relativas à insuficiência de enfermeiros para atendimento aos pacientes do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, bem como pela ineficiência do Núcleo Interno de Regulação deste hospital. Realizadas as diligências, restou constatado que os fatos que deram ensejo à presente apuração encontram-se abrangidos pela investigação havida nos autos do IC nº 06.2020.00000037-4, em trâmite perante a 57ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, tornando, assim, necessária a homologação de arquivamento do presente, a fim de se evitar a duplicidade de procedimentos investigando casos análogos. Desse modo, não subsistem motivos para o prosseguimento do feito, sendo que a homologação do arquivamento afigura-se de rigor.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001862-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Água Limpa - Yachie Tateyama Tsuji

Assunto: Apurar a existência de dano ambiental decorrente de ter em depósito de 6,576 m³ de madeira in natura na Fazenda Água Limpa, localizada no município de Sidrolândia/MS.

EMENTA: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIDROLÂNDIA/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS - FAZENDA ÁGUA LIMPA - DANOS AMBIENTAIS - DEPÓSITO IRREGULAR DE MADEIRA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000721-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar possíveis irregularidades no uso de recursos pela Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI/MS - PATRIMÔNIO PÚBLICO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DENÚNCIA ANÔNIMA - IRREGULARIDADES EM USO DE RECURSOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE ILEGALIDADES ACERCA DAS DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS NO BIÊNIO 2012/2013 - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE IRREGULARIDADES QUANTO AO PAGAMENTO DE DIÁRIAS - NÃO OBSERVÂNCIA DE LESÃO AO ERÁRIO EM REFORMA OCORRIDA NA CÂMARA MUNICIPAL - FALTA DE INDÍCIOS QUANTO À DENÚNCIA RELATIVA AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DOS VEREADORES BRANCO E CARLOS SERAFIM - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado em decorrência de manifestação anônima, em sede da qual foram imputadas irregularidades no emprego de verbas da Câmara Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS. Em sede de apuração, os elementos colhidos relativos a despesas com combustível, custeio de diárias, irregularidade em procedimento licitatório para reforma do prédio da Câmara dos Vereadores e o alegado enriquecimento ilícito dos vereadores Branco e Carlos Serafim não se mostraram aptos a corroborar os termos superficialmente expostos na denúncia. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002367-4

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vicente Jonas de Araújo Maciel

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental em área de preservação permanente na Fazenda São Luiz (atual Fazenda Miguel), localizada no Município de Coronel Sapucaia.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORONEL SAPUCAIA/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SÃO LUIZ - DANOS NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000650-2 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002129-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SPU - Secretaria do Patrimônio Público da União

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Ingazeira, localizada às margens do Rio Apa.

EMENTA: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA PORTO MURTINHO/MS - APURAR DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA INGAZEIRA - ÁREA RURAL UTILIZADA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO - BEM PERTENCENTE À UNIÃO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL - DECLINAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - HOMOLOGAÇÃO - REMESSA DOS AUTOS ORIGINAIS AO ÓRGÃO FEDERAL. Compulsando os autos, denota-se que o presente procedimento visa apurar suposto dano ambiental decorrente de eliminação de resíduos de esgoto no Rio Apa, na Fazenda Ingazeira, de propriedade do Exército Brasileiro, 2ª Companhia de Fronteira, ou seja, bem pertencente à União, evidenciando que a atribuição para investigação dos fatos é do Ministério Público Federal. Diante disso, não subsistindo atribuição ao órgão ministerial estadual para atuar no presente feito, e, com fundamento no Enunciado nº 16, do CSMP, de 06 de Outubro de 2017, cumpre que seja declinada a competência para o Ministério Público Federal, para que seja referendado o presente declínio de atribuição do Inquérito Civil nº 06.2018.00002129-8, com fulcro no art. 9-A da Resolução nº 23/2007/CNMP, e, devolvidos os autos à Promotoria de Justiça de origem, especialmente para que proceda o encaminhando dos autos originais ao órgão competente.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001111-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível utilização de serviços contratados pelo ente municipal em proveito do Chefe do Poder Executivo Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO/MS – APURAR POSSÍVEL UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATADOS PELO ENTE MUNICIPAL EM PROVEITO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - DENÚNCIA APÓCRIFA - IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADAS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. A promoção de arquivamento merece ser homologada. No decorrer da investigação, não se pôde comprovar que a utilização do caminhão “prancha”, de propriedade de Victor Baziliche (empresa TEC Artefatos de Cimentos Ltda.), o qual foi utilizado para transportar máquina particular de Paulo César Lima Silveira (pá carregadeira) até Campo Grande/MS, foi mediante pagamento por meio de recursos oriundos do erário. Os

empenhos demonstram que a empresa TEC Artefatos de Cimentos Ltda. prestava serviços ao Município de Ribas do Rio Pardo, referente a aspersão de vias públicas com caminhão pipa, ou seja, não se pode confirmar que em tais serviços estava incluído o pagamento do então serviço particular (com caminhão prancha). Cumpre salientar que os investigados afirmaram a contratação de forma particular da máquina para transporte até o Município de Campo Grande/MS, tendo sido no valor estimado de R\$ 700,00 (setecentos reais), montante este pago pessoalmente ao Victor Baziliche.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000553-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da contratação de funcionários públicos municipais durante o período eleitoral.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BANDEIRANTES/MS - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DURANTE O PERÍODO ELEITORAL - FALTA DE JUSTA CAUSA - REGULARIDADE - AUSÊNCIA DE DOLO E PREJUÍZO AO ERÁRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista não terem sido constatadas as irregularidades narradas na representação que deu ensejo ao início das investigações. No decorrer do trâmite do procedimento, restou apurado que o Município não havia realizado concurso público para provimento dos cargos em referência. Apurou-se, ainda, que as contratações temporárias, à época, ocorreram por prazo determinado, mediante processo seletivo simplificado e com a devida publicidade, para atendimento de serviços em caráter emergencial e essencial. Dessa forma, as contratações temporárias foram regulares, porquanto realizada nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, para casos de urgência e necessidade, e, não se vislumbrou a presença de má-fé e dolo na conduta narrada, e, tampouco lesão ao erário, sendo o arquivamento medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3.RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil Nº 06.2019.00001362-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Anônimo

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a legalidade do Edital C/Nº 023/2012 e demais atos administrativos que tornaram sem efeito a convocação de candidatos aprovados em concurso público para exercer cargo efetivo junto ao Município de Ivinhema/MS no ano de 2012, e os atos de convocação e posse da servidora Celia Heredia Padin Martins.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE – CONCURSO PÚBLICO – RECONVOCAÇÃO DA ÚNICA CANDIDATA APROVADA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a única candidata habilitada para o cargo vacante deixou de se apresentar à Divisão de Recursos Humanos na época do primeiro chamamento por não ter sido intimada segundo as melhores práticas administrativas de divulgação de direitos conferidos em decorrência da aprovação em concurso público, sem que tenha remanescido sobressalente a ocorrência de preterição resultante do ato de reconvocação ou prejuízos outros consecutórios, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001098-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Novo Horizonte do Sul

Assunto: Apurar eventual ilegalidade/irregularidade na contratação temporária de servidores, em detrimento da nomeação de aprovados em concurso público pelo Município de Novo Horizonte do Sul/MS.

Procurador do Município: André Ricardo de Mello Frizzi – OAB/MS nº 21.148.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EM DETRIMENTO DA CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO AINDA VIGENTE – EXCEPCIONALIDADE DEMONSTRADA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a contratação temporária de servidores

se pautou na necessidade de se garantir a continuidade dos serviços prestados na rede municipal de educação, e que a Administração requerida, findo o prazo de vigência dos vínculos precários, convocou os candidatos classificados em concurso público ainda corrente para preenchimento das vagas remanescentes, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001395-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luis Alberto dos Santos e Maria Helena Rodrigues Feitosa

Assunto: Apurar eventual ilegalidade dos valores pagos simultaneamente pelo Estado de Mato Grosso do Sul e pelo Município de Pedro Gomes aos servidores Luis Alberto dos Santos e Maria Helena Rodrigues Feitosa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGOS – CEDÊNCIA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os pagamentos feitos em concomitância pelo Estado e pelo Município aos servidores cedidos provém de contraprestação laborativa decorrente de vínculos jurídicos acumuláveis e individualmente mantidos com cada ente federativo, sem que tenha havido oneração simultânea de cessionário e cedente, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001909-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Odair Rodrigues da Paz

Assunto: Apurar desmatamento de 16,43 hectares em área de Savana (cerrado) Arborizada + Florestada, na Fazenda Cabeceira da Estrada - GLEBA 04, em Selvíria, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 440/19/NUGeo (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ALTERAÇÕES FLORESTAIS CONSTATADAS VIA SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO – DESMATE AUTORIZADO PELO ÓRGÃO COMPETENTE – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente qualquer irregularidade relacionada à alteração florestal captada via satélite na propriedade rural vistoriada in situ, cujo desmate foi autorizado pelo órgão competente, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001153-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Usina Adecoagro Vale do Ivinhema

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais ocasionados por aterros construídos no Córrego Paca, pela Usina Adecoagro Vale do Ivinhema, Município de Angélica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ABERTURA DE ESTRADA SOBRE LEITO DE RIO – EROSÃO E DESBARRANCAMENTO DA MARGEM ATERRADA – IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE DANOS – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a empresa responsável pela execução das obras que causaram o desbarrancamento da margem do curso hídrico aterrada para abertura de via de escoamento de safra empreendeu, na démarche inquisitorial, os esforços necessários para contenção dos danos ambientais consecutórios da intervenção vergastada, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000013-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Douglas Aleff Montania Senturião

Requeridos: Município de Corumbá

Assunto: Apurar eventual irregularidade durante processo licitatório, concorrência nº 12/2018 - Processo nº 23572/2018 - que teve por objeto a contratação de empresa para locação de horas máquinas e caminhões para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – LICITAÇÃO – EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO – AFRONTA À LIVRE CONCORRÊNCIA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – INABILITAÇÃO DECORRENTE DO COMPARECIMENTO TARDIO À SESSÃO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Encerrada a efetivação dos princípios da legalidade, da ampla competitividade e da isonomia no procedimento licitatório vergastado, eis que, além de haver previsão na Lei n.º 8.666/93 acerca da possibilidade de se exigir garantia como condição de qualificação econômico-financeira dos licitantes, o reclamante foi considerado inabilitado para o certame diante do seu comparecimento tardio à sessão de recebimento de documentos e abertura dos envelopes com as propostas, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000132-9

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS

Assunto: Apurar eventual demora na concessão de autorização para realização de exames pela Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CONSUMIDOR – PLANO DE SAÚDE – DEMORA NA CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES – E IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – DIREITO COLETIVO DESCARACTERIZADO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o fato narrado na denúncia formulada através da Ouvidoria ministerial ocorreu de forma pontual e individual, não havendo de indícios de lesão à coletividade, porquanto ausente demonstrativo e reclamações outras que evidenciem o descumprimento dos prazos de atendimento aos beneficiários de plano privado de assistência à saúde estabelecidos na Resolução n.º 259/ANS, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002250-9

2ª Promotoria de Justiça do de Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual falta de estrutura física e/ou pessoal da Delegacia de Polícia local diante da constatação de inúmeros inquéritos policiais em trâmite há mais de 03 ano sem conclusão das investigações.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL – SERVIÇO PÚBLICO DEFICITÁRIO – EXCESSIVO NÚMERO DE INQUÉRITOS E EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS EM TRÂMITE HÁ MAIS DE UM ANO E SEM CONCLUSÃO – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO ÓRGÃO PÚBLICO REQUERIDO – MUTIRÃO CARTORIAL – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.

Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os esforços empreendidos por autoridades e servidores de unidades próximas se mostraram suficientes para a redução do fluxo de trabalho e normalização das atividades da Delegacia cujo atendimento se encontrava deficitário, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir inerente ao controle externo da atividade policial pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00002233-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: Acompanhar o projeto de diagnóstico ambiental das propriedades em que foram constatados desmatamentos irregulares na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Bandeirantes e Jaraguari.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil 06.2018.00002975-7

32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos necessários à prestação de serviço odontológico na rede municipal de saúde de Campo Grande-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CIDADANIA – SAÚDE PÚBLICA – SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS – ATENDIMENTO DEFICITÁRIO – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente responsável pela gestão do serviço público deficitário empreendeu, na *démarche* inquisitorial, os esforços necessários para garantir aos usuários do SUS acesso qualificado aos cuidados de saúde bucal através da rede municipal de saúde, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001968-1

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Porto Murtinho

Assunto: Averiguar a eficiência do serviço de transporte médico prestado aos usuários do SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio, bem como averiguar a falta de medicamentos essenciais na Rede de Atenção Básica do município.

Advogada: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CIDADANIA – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SERVIÇO DE TRANSPORTE MÉDICO DEFICITÁRIO – FALTA DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA (ATENÇÃO BÁSICA) – IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente responsável pela gestão do serviço público deficitário empreendeu, na *démarche* inquisitorial, os esforços necessários para regularizar o transporte de pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio e o processo de reposição de estoques de fármacos, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 06.2019.00001185-0

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Eduardo Francisco dos Santos Filho

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 09, localizado na Rua Sílex, 84, nesta capital, cadastrado em nome de Eduardo Francisco dos Santos filho, e a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

13. Inquérito Civil nº 06.2019.00000230-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Auto Posto Carretão

Assunto: Averiguar possível risco de dano ambiental em decorrência do abandono de posto de gasolina e existência de tanques (reservatórios) de combustível alojados de forma indevida no "AUTO POSTO CARRETÃO".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – POSTO DE COMBUSTÍVEL DESATIVADO – MANUTENÇÃO DE TANQUES ALOJADOS NO SUBSOLO DO IMÓVEL – AUSÊNCIA DE DANO EMINENTE – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO IMASUL PARA ELIMINAÇÃO DE EVENTUAIS PASSIVOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES – FALTA DE JUSTA CAUSA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que não subsistem danos ambientais eminentes como decorrência da manutenção de reservatórios de combustível alojados no subsolo do imóvel abandonado, e que a fiscalização exercida pelo IMASUL se afigura eficaz e suficiente para eliminação de eventuais passivos remanescentes, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00001285-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa em razão da utilização indevida de bens públicos do Município de Dois Irmãos do Buriti, supostamente praticado por Zeilton da Silva Xavier e Adelmo Macanobu Moryama.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – UTILIZAÇÃO DE SERVIDORES E MAQUINÁRIO MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INTERESSE PARTICULAR – CASCALHAMENTO DE ESTRADA RURAL – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências possíveis à elucidação de fatos datados de antanho, sem que tenha remanescido sobressalente, nos longos anos da investigação, a comprovação da efetiva realização de serviços de cascalhamento em estrada rural com aparato administrativo e em proveito exclusivamente particular, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000098-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Jardim

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Prefeitura Municipal de Jardim, conforme o Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 01/2017, bem como atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA VIA PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Encerrada a efetivação dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência na condução do procedimento de inexigibilidade de licitação vergastado, diante da demonstração da notória especialização da empresa contratada e da singularidade dos serviços de consultoria objeto do contrato, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil nº 06.2016.00000266-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades relacionadas à nomeação de professores aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES – PRETERIÇÃO DE APROVADOS – PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS SEM OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA REGULARIZAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES IRREGULARMENTE LOTADOS OU REMOVIDOS – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à regularização da situação acoimada ilegal, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

17. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001446-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Jair Boni Cogo e José Martiniano de Moura

Assunto: Apurar a eventual violação aos princípios constitucionais da legalidade e impessoalidade no transcurso do processo administrativo nº 415/2019 (Pregão Presencial nº 081/2019), com reflexos na improbidade administrativa.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO SOB SUSPEITA DE MOTIVAÇÃO POLÍTICA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o motivo que ensejou o ato revogatório, mesmo depois da homologação do certame, foi a frustração do caráter competitivo do pregão vergastado, em face da habilitação de apenas um dos proponentes, à evidência, ainda, de que os preços oferecidos pelo reclamante não correspondiam aos de mercado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.4.RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001427-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar o descumprimento injustificável pelo Município de Ponta Porã em dar efetividade à execução do Programa dos Centros de Testagens e Aconselhamento (CTA), que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ADEQUAÇÃO E EFICIÊNCIA DE CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO - PROGRAMA INSTITUÍDO E DEVIDAMENTE APROVADO - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL - CLÁUSULAS OBRIGACIONAIS FISCALIZADAS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 005/2012/CPJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Homologa-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar as condições de funcionamento, adequação e eficiência do serviço de saúde prestado pelo Centro de Testagem e Aconselhamento, quando no curso do processo há a formalização de Termo de Acordo Extrajudicial, visando à melhoria do serviço, a ser fiscalizado através de Procedimento Administrativo instaurado para esse fim, conforme orienta a Resolução n. 005/2012/CPJ.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003544-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Henrique Landfeldt da Silva

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade ambiental da Fazenda Santa Raiza, consistente em processo erosivo detectado em vistoria do IBAMA (Notificação n. 28869/2014)

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - APURAÇÃO DE PROCESSO EROSIVO EM PROPRIEDADE RURAL - DILIGÊNCIAS SATISFATÓRIAS - APRESENTAÇÃO DE CAR E PRADA - CORREÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Impõe-se o arquivamento de Inquérito Civil quando as diligências adotadas pelo órgão ministerial se mostram satisfatórias quanto à correção de passivos ambientais oriundos de processo erosivo em propriedade rural.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003019-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ilícito ambiental ocorrido no imóvel rural denominado Estância IR, tendo em vista a queimada de 6 ha de pastagem sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ – APURAÇÃO DE QUEIMADA SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - VISTORIA *IN LOCO* - AUSÊNCIA DE DANO AO MEIO AMBIENTE – ÁREA PROTEGIDA COM FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO NATIVA - IMÓVEL REGISTRADO NO CAR/MS - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 10/2017/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Homologa-se a promoção de arquivamento do Inquérito Civil instaurado com o fim de investigar queimada ocorrida em propriedade rural, no bojo do qual restou informado pela empresa que realizara a vistoria *in loco* que o imóvel encontra-se inscrito no CAR/MS, bem como constatada a ausência de dano ambiental que justifique a formulação de PRADA, haja

vista a área correspondente estar protegida com fragmentos de vegetação nativa, não tendo a queimada ocorrido em área de preservação permanente e de reserva legal.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002206-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na participação e aprovação da pessoa de Anderson Neves para o cargo de Auditor Fiscal de Tributos no concurso público do Município de Nioaque em 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NIOAQUE - APURAÇÃO DE EVENTUAL ILEGALIDADE NA PARTICIPAÇÃO E APROVAÇÃO DE SERVIDOR COMMISSIONADO EM CONCURSO PÚBLICO - INEXISTÊNCIA DE FAVORECIMENTO - ATO ÍMPROBO INEXISTENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se verifica a inexistência de qualquer elemento de convicção que demonstre justa causa para a continuidade das investigações, diante da não configuração de ato ímprobo na participação e aprovação em concurso público de coordenador da comissão licitante de concurso público realizado por empresa vencedora da licitação, a qual foi presidida por servidor municipal sem qualquer impedimento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001129-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Douradina

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público do Município de Douradina e violação aos direitos dos alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, decorrente de contratações irregulares de professores para ministrar aulas na rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOURADINA - APURAR EVENTUAL CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE PROFESSORES MUNICIPAIS - RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E INTEGRALMENTE CUMPRIDA - INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE IMPROBIDADE E LESÃO/AMEAÇA DE LESÃO A DIREITO DIFUSO - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado para apurar eventual contratação irregular de professores municipais, no bojo do qual se cumpriu a Recomendação Ministerial expedida no curso dos autos e restou esclarecida a situação excepcional de interesse público que autoriza a contratação temporária pela Administração Pública Municipal, inexistindo nos autos indícios de improbidade e lesão/ameaça de lesão a direito difuso dos alunos, e ainda ausente dano ao patrimônio público do Município investigado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000079-5

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do cidadão de Dourados

Requerente: César de Souza Lima

Requerido: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assunto: Apurar a ausência de local adequado para cumprimento de medida de segurança em regime de internação hospitalar aos sentenciados com grau de periculosidade e a esta espécie de pena restritiva de liberdade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOURADOS - APURAÇÃO DA AUSÊNCIA DE LOCAL ADEQUADO PARA CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE SEGURANÇA - DETENTOS EM REGIME DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR - SUBMISSÃO A REGIME HÍBRIDO - ATENDIMENTO A CRITÉRIO DE MÍNIMO EXISTENCIAL - NÃO VULNERANTE À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - EQUIPE DE SAÚDE PRISIONAL INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE - REPASSE FINANCEIRO DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - OBJETO DE INVESTIGAÇÃO ESCLARECIDO E EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Dá-se o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar a ausência de local adequado para cumprimento de medida de segurança pelos detentos portadores de doenças mentais, porquanto inobstante a não existência de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, verificou-se, no curso dos autos, que a Municipalidade investigada aderiu ao Programa de Saúde Básica na Assistência Prisional, e está submetida a um regime híbrido de atendimento ao critério de mínimo existencial não vulnerante à dignidade da pessoa humana, proporcionando ao sentenciados serviço de acompanhamento médico, com a ajuda de repasse

mensal do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.5.RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000956-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar a contratação irregular de professores para a rede pública de ensino do Município de Aparecida do Taboado/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR A CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE PROFESSORES PARA A REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO – IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA – ATENDIMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Em atendimento à Recomendação expedida pela Promotoria de Justiça de origem, a Administração Pública Municipal regularizou o controle de frequência dos servidores públicos lotados na rede municipal de ensino. Com relação à contratação irregular, restou comprovado que os professores em substituição exerciam suas funções em situações pontuais e excepcionais. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000020-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da contratação da servidora Maria Fernanda

Neto pela Prefeita Municipal de Iguatemi.

Advogado: Atinoel Luiz Cardoso – OAB/MS nº 2.682.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IGUATEMI – APURAR A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE IGUATEMI – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia carece de verossimilhança, pois a servidora pública acordou em cumular as funções de odontóloga e Coordenadora de Saúde Bucal de forma amigável, não recebendo nenhuma gratificação ou acréscimo salarial pelo desempenho destas atribuições. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000116-2

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: José Aparecido dos Santos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de prática de ato de improbidade administrativa, por ofensa aos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, a partir das irregularidades constatadas no relatório de auditoria n. 15.369 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR A NOTÍCIA DE PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA A PARTIR DAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS – RETORNO DOS AUTOS EM DILIGÊNCIA - IRREGULARIDADE SANADA – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Convertido os autos em diligência, a Promotoria de Justiça de origem prosseguiu com as investigações, e não restou comprovada a prática de ato de improbidade administrativa, pois as irregularidades encontradas no Relatório de Auditoria n. 15.369 foram sanadas. Dolo do agente público não constatado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001979-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Márcia da Silva Aparecida de Oliveira Prado, Ivete Aparecida

Batista Pereira Galacini, Linauer Cardoso Queiroz e outros.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na jornada diária de trabalho por parte de servidores públicos municipais.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CASSILÂNDIA – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO POR PARTE DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois as irregularidades foram regularizadas sob o aspecto funcional-administrativo dentro da esfera da própria municipalidade. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001182-7

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 03, localizado na Rua Sílex, 84, nesta Capital, cadastrado em nome de Luiz Carlos Correa Suarez, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – MEIO AMBIENTE – APURAR POSSÍVEL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – DIREITO À MORADIA E DIREITO AO MEIO AMBIENTE – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *TEMPUS REGIT ACTUM* – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Deve ser aplicado o princípio do *tempus regit actum* sob pena de ferir a segurança jurídica e o ato jurídico perfeito, pois o direito social à moradia foi concedido e regulado segundo lei vigente à época. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003117-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual utilização indevida de R\$ 2.124,80 (dois mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta centavos), pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Camapuã para comprar passagens aéreas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMAPUÃ – APURAR EVENTUAL UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSO PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA COMPRAR PASSAGEM AÉREA – AUSÊNCIA DE DOLO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO – PERDA DO OBJETO – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia carece de verossimilhança, pois, diante da repercussão negativa do presente caso nas mídias sociais, o vereador de livre e espontânea vontade reembolsou ao Fundo Municipal de Saúde a quantia utilizada para aquisição de passagem aérea. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001681-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na redução de jornada em alguns órgãos da Administração Pública Municipal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA REDUÇÃO DE JORNADA EM ALGUNS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – DUPLICIDADE DE FEITOS – OBSERVÂNCIA DA SISTEMÁTICA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – REGRA DA LITISPENDÊNCIA – ENUNCIADO Nº 18 CSMP/MS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Encontra-se em andamento o Inquérito Civil nº 06.2019.00000842-2 com mesmo objeto do presente feito. A regra processual prevalecente é a de que permaneça em trâmite o procedimento mais antigo. Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001639-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica

Requeridos: Bravos Serviços Logísticos Ltda e Vilmar Roque Rodrigues

Assunto: Averiguar o impacto ambiental anunciado pelo Auto de Infração n.

1441, pelo Laudo de Constatação n. 03564 e pelos Termos de Apreensão e Depósito n. 2125, presentes no Ofício n. 0105/2º GPMA/2º PEL/3ª CIA/15º

BPMA.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE COSTA RICA – MEIO AMBIENTE – APURAR O IMPACTO AMBIENTAL ANUNCIADO PELO AUTO DE INFRAÇÃO N. 1441 – TAC FIRMADO E INTEGRALMENTE CUMPRIDO – PERDA DO OBJETO – FALTA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos, o qual foi integralmente cumprido. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de Arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7.2.6.RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003161-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar a lisura e transparência na execução financeira do Convênio firmado entre o Município de Ponta Porã, Município de Pedro Juan Caballero na República do Paraguai, Asociación por La Paz e El Desarrollo e Diputación de Málaga, República da Espanha e o contrato de subvenção de ajudas exteriores firmado entre as mesmas partes e a Comunidade Européia visando a reurbanização do espaço comum entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, bem como apurar os critérios utilizados pelo Município de Ponta Porã para proceder à permissão de uso de boxes comerciais nas edificações públicas construídas como resultado de reurbanização alcançada.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAR A LISURA E TRANSPARÊNCIA NA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ, MUNICÍPIO DE PEDRO JUAN CABALLERO NA REPÚBLICA DO PARAGUAI, ASSOCIACIÓN POR LA PAZ E EL DESARROLLO E DIPUTACIÓN DE MÁLAGA, REPÚBLICA DA ESPANHA E O CONTRATO DE SUBVENÇÃO DE AJUDAS EXTERIORES FIRMADO ENTRE AS MESMAS PARTES E A COMUNIDADE EUROPÉIA VISANDO A REURBANIZAÇÃO DO ESPAÇO COMUM ENTRE AS CIDADES DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO, BEM COMO APURAR OS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ PARA PROCEDER À PERMISSÃO DE USO DE BOXES COMERCIAIS NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS CONSTRUÍDAS COMO RESULTADO DE REURBANIZAÇÃO ALCANÇADA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA E IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não restou demonstrado nos autos nenhum elemento de prova de que teria ocorrido qualquer ato de improbidade administrativa ou irregularidades na execução do contrato e convênio, ora em análise, firmado pelo Município de Ponta Porã. Por outro lado, verifica-se que não restou demonstrado qualquer indício de beneficiamento ilegal ou atuação deliberada de servidores públicos quanto aos critérios utilizados pelo Município para proceder à permissão de uso de boxes comerciais nas edificações públicas construídas como resultado do Projeto de Reurbanização. Dessa forma, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela

homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 19 de maio de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 025/2020-GED

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR E-MAIL PARA O GED – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 26.05.2020 A 28.05.2020, ATÉ ÀS 19:00 HORAS**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NOS ITENS 11 E 13, CAPÍTULO X, DO EDITAL Nº 001/2019, DE 12 DE ABRIL DE 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019, CONSTANTES DO ITEM 2 DESTA EDITAL (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO CANDIDATO E O NÍVEL (GRADUAÇÃO/PÓS GRADUAÇÃO). COM A ENTRADA EM EXERCÍCIO OS DOCUMENTOS ORIGINAIS DEVERÃO SER ENTREGUES NO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PARA ARQUIVO.

1.1 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE ANASTÁCIO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
VIVIANE DA CRUZ SILVA	5º

1.2 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE BATAGUASSU

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Dias Barroso, 350, Centro, Bataguassu. DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
LUCAS CONCEICAO BASILIO	2º

1.3 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: GED – Gestão de Estagiários de Direito – situada no prédio do Ministério Público Estadual, localizada à rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - MATUTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO
JESSICA CAROLINE BARDELLA NASCIMENTO	101º
ALEX RIBEIRO QUINTANA	102º
LUCAS SANTOS DA SILVA	103º

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO
JHONATAN OLIVEIRA GOMES	88°
FLÁVIA SOUZA CARDOSO POMPEU	89°
VALENTINA RAMOS SGARAVATTI	90°
THALES DANTAS DA SILVA PASSOS	91°
CAMILA AMORIM RAMOS	92°
GABRIELA MOLINA SCHNEIDER	94°

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
LUCAS GABRIEL ORTIZ DE CARVALHO	112°
FUAD ALESSANDRO GONÇALVES DA ROCHA	113°
NATHÁLIA SANTOS PAGNONCELLI	114°
REBECA BARBOSA DOS SANTOS	115°
SEBASTIÃO MONTEIRO SOARES	116°
MARLON FERREIRA MORAES DE SOUZA	117°
BRUNA TORRES DA SILVA BEZERRA	118°
WANDERLEY LOPES BICA JÚNIOR	119°
EMANUEL ALVES CAVASSA	120°
JULIANA RODRIGUES COLET	121°
LUANA DIAS DA SILVA VIANA	122°
MATHEUS ALVES VITAL	123°
FRANCIELE LIMA MENDES DA ROCHA	124°
LORENNIA PRISTYA GONÇALVES DE CARVALHO	125°
LUCAS TUBERO DE CARVALHO	126°
LETICIA BATISTA BORGES	127°
GEOVANNA IRENE ZITA MARIN ANDERSON BARROS	128°
DEJANIRA DE JESUS ESTEVÃO CORRÊA	129°
ANDERSON NUNES DA SILVA	130°
EMILLY FERREIRA DA SILVA SAKURAI	131°
SARA FARIAS LOPES	132°

1.4 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAARAPÓ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó. DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
LUCAS BATISTA DA SILVA	1°
ULISSES SILVESTRE DINIZ PAULINO DA ROCHA	2°

1.5 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua América, 1880, Centro, Corumbá.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
BRUNO FACCIN SCHELSKE	7°

1.6 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO
MARIA LUIZA SEIFERT SOBRINHO	7°

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
HEITOR ROBERTO ALCANTES WOLLMANN	15º
CAMILA CRISTINA MARTINS REAL	16º
TIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA FONSECA	17º

1.7 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE ELDORADO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Assis Chateaubriand, 1555, Bairro das Palmeiras, Eldorado.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

CANDIDATO	POSIÇÃO
CAROLINI DUARTE SILVA	3º

1.8 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE IGUATEMI

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Waloszek Konrad, 1276, Centro, Iguatemi.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
JAQUELINE SILVA DE OLIVEIRA	1º

1.9 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE JARDIM

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, Jardim.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
VINÍCIUS BAHIA ECHEVERRIA	1º

1.10 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE NAVIRAÍ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Pioneiros, 50, Centro, Naviraí.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
NAYANNE RODRIGUES GERVASIO	4º
ADRIANO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA	5º

1.11 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
GABRIEL MENDES DA SILVA	6º

1.12 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE PONTA PORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Baltazar Saldanha, 1613, Da Saudade, Ponta Porã.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
FERNANDA AGUILLAR WINTER	6º

1.13 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

CANDIDATO	POSIÇÃO
CRISLENE PEREIRA DOS SANTOS	5º

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Pós-Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF

2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total (não será aceito documento que não contenha todas as informações);
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

2.2. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o Ministério Público Estadual, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas ou não possui dependências e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações);
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2019-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção”.

SEGUIE O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO, DOS CANDIDATOS DO CURSO DE DIREITO: ged@mpms.mp.br.

Campo Grande, 19 de maio de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA-GERAL

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2020-SEG/MPMS, DE 18 DE MAIO DE 2020.

Prorroga os efeitos da Ordem de Serviço nº 2/2020-SEG/MPMS, de 19 de março de 2020, e estabelece o horário para a prestação de serviços terceirizados no âmbito do Ministério Público Estadual durante a pandemia da COVID-19.

À SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais e

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 27/2020-PGJ, de 15 de maio de 2020, que dispõe sobre a criação do Comitê de Análise das Condições para o Retorno Gradual ao Trabalho Presencial, prorroga o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), bem como institui o Regime de Expediente Excepcional (REE) no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS);

CONSIDERANDO a aprovação do Plano de Biossegurança do MPMS pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e pelo Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental (CEIPPAM);

CONSIDERANDO que o Plano de Biossegurança MPMS também foi recomendado pelo Centro de Operações de Emergências da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogados até o dia 31 de maio de 2020 as disposições constantes na Ordem de Serviço nº 2/2020-SEG/MPMS, de 19 de março de 2020.

Art. 2º No período de 18 a 31 de maio de 2020, os funcionários terceirizados exercerão suas atividades das 12h às 18h ou das 13h às 19h.

Art. 3º Os casos omissos serão dirimidos pela Secretária-Geral do MPMS.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça

Secretária-Geral do MP/MS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000205 DE 18.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1565/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 6.270,00 (seis mil duzentos e setenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000205 de 18.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000206 DE 18.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1565/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.246,00 (um mil duzentos e quarenta e seis reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000206 de 18.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000207 DE 18.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1565/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000207 de 18.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE001808 DE 18.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1570/2020

Credor: CLAUDEMIR AIRES VICENTE.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 20/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 37/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de água mineral envasada e gás liquefeito de petróleo (botijão), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 17.120,00 (dezessete mil cento e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001808 de 18.05.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE001810 DE 18.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1571/2020

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019 – Ata Registro de Preços nº 1/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 205,00 (duzentos e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001810 de 18.05.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000204 DE 15.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1555/2020, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 2.206 DE 19 DE MAIO DE 2020 NA PÁGINA 10.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000204 DE 15.05.2020 DO PROCESSO PGJ/10/1555/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000204 de 15.05.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Intimada: MULTPLIK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Processo nº PGJ/10/3313/2014

Contrato nº 76/PGJ/2017

Finalidade: INTIMAÇÃO da empresa **MULTPLIK EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob 00.204.339/0001-00, com endereço na Rua Doutor Arthur Jorge, nº 1096, Loja 02, Térreo, Centro, CEP 79.002-440, representada neste ato por **Wilson Souza Fontoura**, portador do RG 993.891 SSP/MS CPF n.º 103.933.071-15, é a Locadora do “imóvel situado na Rua São Vicente de Paula esquina com a rua Luiz Freire Benchetrit, Bairro Chácara Cachoeira, nesta Capital, de matrícula nº 75.717, do livro nº 2 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Campo Grande/MS”, o qual abriga órgãos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Unidade Chácara Cachoeira), conforme Contrato nº 76/PGJ/2017, decorrente de contratação direta, com fulcro no artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos da Decisão de fls. 610-614, do Processo nº PGJ/10/3313/2014, da Decisão exarada pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul às fls. 1712-1713, do Processo nº PGJ/10/3313/2014, cujo dispositivo é o que segue: “(...) *Analizando a documentação trazida pela recorrente, em conjunto com o lastro probatório existente nos autos, verifico que para este caso em específico (multa em razão do atraso na execução dos serviços de reparo na platibanda do terceiro andar), mostra-se razoável e proporcional o exercício da retratabilidade da decisão. Frente à argumentação exposta e demais documentos juntados aos autos, acolho o recurso da empresa Multiplik Empreendimentos Imobiliários, no sentido de ser diminuído o valor da multa imposta ao patamar de 3 (três) dias, considerando o fato dos serviços terem sido autorizados a serem realizados nos dias de sábado (...)*”. **INTIMA-SE**, assim, para **adimplir**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação, a **sanção de multa moratória no importe de R\$ 543,52 (quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos), correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) por 3 (três) dias de atraso injustificado, sobre o valor mensal do aluguel**, nos termos do item “13.1” alínea “b.1” da Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo nº 76/PGJ/2017. O valor da multa de R\$ 543,52 (quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação, na seguinte conta bancária: **(001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa**. Caso a multa moratória não seja paga no prazo de quinze dias úteis, fica, desde já, **INTIMADA** de que o valor será deduzido dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado de Mato Grosso do Sul e cobrados judicialmente, conforme disposição do item “13.5”, Cláusula Décima Terceira do Contrato nº 76/PGJ/2017. **INTIMA-SE**, por fim, de que a penalidade decorrente da Decisão mencionada será cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Nada mais.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/PGJ/2017

Processo nº PGJ/10/0539/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **WAGNER BRONZATI MENANI**.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 13 e 27, inciso II, ambos da Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013; e no artigo 60, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Incluir a previsão contratual de responsabilidade pela providência do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar.

Vigência: 13.03.2020 a 1º.08.2022.

Data de assinatura: 13 de março de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BONITO****EDITAL N. 0004/2020/01PJ/BTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Bonito torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2019.00000419-2, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, S/N, Vila Donária, Bonito (MS), fone (67)3255-1300. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via *Internet*, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil N. 06.2019.00000419-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: a apurar;

Assunto: apurar a regularidade dos serviços particulares prestados no hospital João Darci Bigaton.

Bonito, em 13 de maio de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

CASSILÂNDIA**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 09.2020.00001736-5**

Área: Patrimônio Público

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a transparência e o acesso às informações sobre as verbas recebidas da União e do Estado pelo Município de Cassilândia-MS, bem como os gastos e procedimentos administrativos específicos (licitações, dispensa, contratos, etc) para o combate ao Coronavírus (COVID – 19).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça que esta subscreve, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia-MS, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com base no artigo 127 e 129, incisos II e III da Constituição da República, combinados com artigo 26, inciso I, da Lei 8.625/93 e artigo 27, I da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da CF), bem como o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (artigo 37 da CF);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil também declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro da Saúde, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020 e do Decreto Estadual nº 15.396 de 19 de março de 2020, dando cumprimento ao disposto na Lei 13.979/2020, ao disposto na Portaria MS 356/2020 e ao Decreto Federal 10.282/2020, declarou situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus, bem como estabeleceu medidas preventivas para a contenção e transmissão do Coronavírus-Covid 19, e enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional, no território do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive medidas de quarentena;

CONSIDERANDO que em razão da excepcionalidade do contexto atual, encontra-se em vigor a Lei Federal nº 13.979/2020, a qual, juntamente com Medidas Provisórias nºs 926, 951 e 961/2020, estabelece as alterações temporárias e excepcionais, enquanto perdurar a emergência de saúde pública (art. 4, § 1º), nos procedimentos a serem adotados pelo poder público para a realização de compras, contratações e controle de seus atos, com escopo de atender às demandas urgentes da população;

CONSIDERANDO que entre as principais novidades estão as relacionadas à prática de dispensa de licitação, em que para sua ocorrência devem estar presumidas as seguintes condições: ocorrência de emergência; necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência (art. 4º-B);

CONSIDERANDO que a legislação ([§ 3º do art. 4º](#)), de forma claramente excepcional, possibilita a contratação de fornecedores de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que poderá ser excepcionalmente dispensada a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, mantendo-se, porém, a obrigatoriedade da exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 7º da Constituição Federal (art. 4º-F);

CONSIDERANDO que a aquisição de bens e a contratação de serviços não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido (art. 4º-A);

CONSIDERANDO que a legislação está a autorizar o sistema de registro de preço para dispensas de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, quando se tratar de compra ou contratação por mais de um órgão ou entidade (art. 4º, § 4º);

CONSIDERANDO que há possibilidade de contratação temporária de servidores, a qual, contudo, deve estar embasada em necessidade transitória e de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX, da Constituição Federal c.c. Lei nº 13.979/20, observada a necessidade de fundamentação, em procedimento específico, além da adoção de critérios objetivos de seleção;

CONSIDERANDO ser possível adesão a Atas de Registro de Preços quando cabível, se, nas hipóteses da circunstância fática alinhar-se ao permissivo do art. 24, IV, ou do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, sendo viável a dispensa por situação emergencial ou a inexigibilidade, respectivamente, observada a adequada instrução do processo administrativo, inclusive quanto aos elementos previstos no art. 26, parágrafo único, da mesma lei;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei Federal n. 8.666/1993, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, exige que “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”, especialmente para verificar a devida aplicação das verbas públicas e detectar eventuais desconformidades;

CONSIDERANDO que o ato supramencionado é obrigatório, conforme Acórdão 1632/2009 do Tribunal de Contas da União e jurisprudência do TCE/MS, o qual entende que a administração pública deverá designar um representante legal com o fim de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos administrativos (Neste sentido Processo TC nº 4682/2015, relator Conselheiro Osmar Domingues Jeronimo, julgado em 19.11.2019);

CONSIDERANDO que, nas linhas do princípio da eficiência (Constituição Federal, art. 37, caput), a designação deve recair em servidor(es) público(s) que detenham capacidade e conhecimento técnico na matéria do contrato, fornecendo-lhe(s) todos os meios necessários para o fiel cumprimento das funções, bem como seja divulgado sua identificação e canais de comunicação para a população ou interessados o acionar;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527/2011, que regulamenta o direito ao acesso à informação no âmbito da União, Distrito Federal e Municípios, estabelece em seu artigo 6º, que cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurar a gestão transparente da administração. Ainda, que citada lei regulamentou de forma pormenorizada o inciso XXXIII, do art. 5º, o inciso II, do § 3º, do art. 37, e o disposto no § 2º, do art. 216, todos da Constituição Federal, indicando que “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (art. 5º);

CONSIDERANDO que também em seu artigo 8º, consta o dever dos órgãos e entidades públicas em divulgar, independente de requerimentos, em local de fácil acesso, informações de interesse coletivo ou geral. Referidas divulgações devem ocorrer em “sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), conforme preconiza o § 2º, do artigo 8º, da Lei nº 12.527/2011;

CONSIDERANDO que também há expressa determinação legal da transparência pela Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO que eventual descumprimento dos dispositivos que tratam da transparência e do acesso à informação de dados públicos, pode, em tese, configurar ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) e a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) preveem inúmeras sanções às pessoas jurídicas que descumpram os contratos administrativos ou que cometam atos lesivos ao Poder Público;

CONSIDERANDO que conforme informativo do Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de 06 de maio de 2020, está a haver significativo repasse de verbas aos municípios do Estado, decorrentes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, Emendas Parlamentares e outras rubricas;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a finalidade de “acompanhar e fiscalizar a transparência e o acesso às informações sobre as verbas recebidas da União e do Estado pelo Município de Cassilândia-MS, bem como os gastos e procedimentos administrativos específicos (licitações, dispensa, contratos, etc) para o combate ao Coronavírus (COVID – 19)”, nos termos das “considerações” supramencionadas, e determina, para tanto:

a) seja a presente PORTARIA autuada com o ato de nomeação do Sr. Pedro Borges de Souza, Técnico I, para atuar como secretário do feito;

b) seja o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO registrado no sistema SAJ/MP, bem como encaminhada sua PORTARIA para publicação no DOMPMS, em face do princípio da publicidade;

c) comunique-se a instauração deste procedimento à Sua Excelência, o Prefeito Municipal de Cassilândia-MS, com cópia da presente portaria, e sejam requisitadas informações, em até 10 (dez) dias úteis, sobre as verbas recebidas da União e Estado destinada especificamente para o enfrentamento ao Coronavírus (COVID19); a transparência e divulgação dos gastos de referida verba.

d) cumpra-se.

Cassilândia-MS, 18 de maio de 2020.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0026/2020/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000658-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: João Pio Barbosa.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 33,42 hectares, de vegetação nativa, na propriedade rural, "Fazenda Santa Rita de Cássia", no município de Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer do NUGEO n. 95/2020.

Coxim/MS, 18 de maio de 2020.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0007/2020/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000194-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Anadir Francisca do Carmo Oliveira – proprietária da Fazenda Lagoa.

Assunto: Apurar desmatamento de 7,68 hectares em área de Vegetação Ciliar, na Fazenda Lagoa, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 547/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

São Gabriel do Oeste, MS, 18 de maio de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça em Substituição Legal

EDITAL N.º 0008/2020/02PJ/SGO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000167-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Katia Christina de Lima Paulo – proprietário da Fazenda 2L.

Assunto: Apurar desmatamento de 11,95 hectares de vegetação nativa em área de Savana e Floresta Estacional Semi-decidual Submontana, na Fazenda 2L, em São Gabriel do Oeste/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 197/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

São Gabriel do Oeste, MS, 18 de maio de 2020.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0016/2020/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2020.00000414-8

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Glória de Dourados-MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade no procedimento licitatório referente à reforma de quadra poliesportiva, em razão da exigência de realização de visita técnica obrigatória, sem justificativa"

Glória de Dourados/MS, 18 de maio de 2020

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL N: 0017/2020/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2020.00000346-0

Requerente: Anônimo

Requerido: APAE do Município de Glória de Dourados/MS e Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar eventual irregularidade no funcionamento da APAE, consistente na ausência de profissionais especializados para acompanhar e atender alunos portadores de deficiência, bem como eventual irregularidade a contratação de servidores.

Glória de Dourados/MS, 18 de maio de 2020

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

SETE QUEDAS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001712-1

FISCALIZADO: Município de Sete Quedas

Área: Patrimônio Público

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a transparência e o acesso às informações sobre as verbas recebidas da União e do Estado pelo Município de SETE QUEDAS, bem como os gastos e procedimentos administrativos específicos (licitações, dispensa, contratos, etc) para o combate ao Coronavírus (COVID – 19).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça que esta subscreve, titular da Promotoria de Justiça de Sete Quedas, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com base no artigo 127 e 129, incisos II e III da Constituição da República, combinados com artigo 26, inciso I, da Lei 8.625/93 e artigo 27, I da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da CF), bem como o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (artigo 37 da CF);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil também declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro da Saúde, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020 e do Decreto Estadual nº 15.396 de 19 de março de 2020, dando cumprimento ao disposto na Lei 13.979/2020, ao disposto na Portaria MS 356/2020 e ao Decreto Federal 10.282/2020, declarou situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus, bem como estabeleceu medidas preventivas para a contenção e transmissão do Coronavírus-Covid 19, e enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional, no território do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive medidas de quarentena;

CONSIDERANDO que em razão da excepcionalidade do contexto atual, encontra-se em vigor a Lei Federal nº 13.979/2020, a qual, juntamente com Medidas Provisórias nºs 926, 951 e 961/2020, estabelece as alterações temporárias e excepcionais, enquanto perdurar a emergência de saúde pública (art. 4, § 1º), nos procedimentos a serem adotados pelo poder público para a realização de compras, contratações e controle de seus atos, com escopo de atender às demandas urgentes da população;

CONSIDERANDO que entre as principais novidades estão as relacionadas à prática de dispensa de licitação, em que para sua ocorrência devem estar presumidas as seguintes condições: ocorrência de emergência; necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência (art. 4º-B);

CONSIDERANDO que a legislação ([§ 3º do art. 4º](#)), de forma claramente excepcional, possibilita a contratação de fornecedores de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que poderá ser excepcionalmente dispensada a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, mantendo-se, porém, a obrigatoriedade da exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao cumprimento

do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 7º da Constituição Federal (art. 4º-F);

CONSIDERANDO que a aquisição de bens e a contratação de serviços não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido (art. 4º-A);

CONSIDERANDO que a legislação está a autorizar o sistema de registro de preço para dispensas de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, quando se tratar de compra ou contratação por mais de um órgão ou entidade (art. 4º, § 4º);

CONSIDERANDO que há possibilidade de contratação temporária de servidores, a qual, contudo, deve estar embasada em necessidade transitória e de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX, da Constituição Federal c.c. Lei nº 13.979/20, observada a necessidade de fundamentação, em procedimento específico, além da adoção de critérios objetivos de seleção;

CONSIDERANDO ser possível adesão a Atas de Registro de Preços quando cabível, se, nas hipóteses da circunstância fática alinhar-se ao permissivo do art. 24, IV, ou do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, sendo viável a dispensa por situação emergencial ou a inexigibilidade, respectivamente, observada a adequada instrução do processo administrativo, inclusive quanto aos elementos previstos no art. 26, parágrafo único, da mesma lei;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei Federal n. 8.666/1993, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, exige que “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”, especialmente para verificar a devida aplicação das verbas públicas e detectar eventuais desconformidades;

CONSIDERANDO que o ato supramencionado é obrigatório, conforme Acórdão 1632/2009 do Tribunal de Contas da União e jurisprudência do TCE/MS, o qual entende que a administração pública deverá designar um representante legal com o fim de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos administrativos (Neste sentido Processo TC nº 4682/2015, relator Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, julgado em 19.11.2019);

CONSIDERANDO que, nas linhas do princípio da eficiência (Constituição Federal, art. 37, caput), a designação deve recair em servidor(es) público(s) que detenham capacidade e conhecimento técnico na matéria do contrato, fornecendo-lhe(s) todos os meios necessários para o fiel cumprimento das funções, bem como seja divulgado sua identificação e canais de comunicação para a população ou interessados o acionar;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527/2011, que regulamenta o direito ao acesso à informação no âmbito da União, Distrito Federal e Municípios, estabelece em seu artigo 6º, que cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurar a gestão transparente da administração. Ainda, que citada lei regulamentou de forma pormenorizada o inciso XXXIII, do art. 5º, o inciso II, do § 3º, do art. 37, e o disposto no § 2º, do art. 216, todos da Constituição Federal, indicando que “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (art. 5º);

CONSIDERANDO que também em seu artigo 8º, consta o dever dos órgãos e entidades públicas em divulgar, independente de requerimentos, em local de fácil acesso, informações de interesse coletivo ou geral. Referidas divulgações devem ocorrer em “sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), conforme preconiza o § 2º, do artigo 8º, da Lei nº 12.527/2011;

CONSIDERANDO que também há expressa determinação legal da transparência pela Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO que eventual descumprimento dos dispositivos que tratam da transparência e do acesso à informação de dados públicos, pode, em tese, configurar ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) e a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) preveem inúmeras sanções às pessoas jurídicas que descumpram os contratos administrativos ou que cometam atos lesivos ao

Poder Público;

CONSIDERANDO que conforme informativo do Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de 06 de maio de 2020, está a haver significativo repasse de verbas aos municípios do Estado, decorrentes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, Emendas Parlamentares e outras rubricas;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a finalidade de “acompanhar e fiscalizar a transparência e o acesso às informações sobre as verbas recebidas da União e do Estado pelo Município de SETE QUEDAS, bem como os gastos e procedimentos administrativos específicos (licitações, dispensa, contratos, etc) para o combate ao Coronavírus (COVID – 19)”, nos termos das “considerações” supramencionadas, e determina, para tanto:

a) seja a presente PORTARIA autuada com o ato de nomeação do Técnico responsável para atuar como secretário do feito;

b) seja o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO registrado no sistema SAJ/MP, bem como encaminhada sua PORTARIA para publicação no DOMPMS, em face do princípio da publicidade;

c) comunique-se a instauração deste procedimento à Sua Excelência, o(a) Prefeito(a) Municipal de Sete Quedas, com cópia da presente portaria, e seja

1- expedida a RECOMENDAÇÃO, ficando estabelecido o prazo de 10 dias úteis para que seja informado pelo(a) Prefeito(a) Municipal de Sete Quedas o acatamento ou não da recomendação e as providências adotadas, esclarecendo, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos tomados sobre cada item constante na recomendação, bem como demais informações pertinentes;

2- requisitadas informações sobre as verbas recebidas da União e Estado destinada especificamente para o enfrentamento ao Coronavírus (COVID19); a transparência e divulgação dos gastos de referida verba;

Cumpra-se.

Sete Quedas/MS, 14 de maio de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2020.00001713-2

Requerido: Município de Paranhos

Área: Patrimônio Público

Objeto: Acompanhar e fiscalizar a transparência e o acesso às informações sobre as verbas recebidas da União e do Estado pelo Município de PARANHOS, bem como os gastos e procedimentos administrativos específicos (licitações, dispensa, contratos, etc) para o combate ao Coronavírus (COVID – 19).

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do(a) Promotor(a) de Justiça que esta subscreve, titular da Promotoria de Justiça de Sete Quedas, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com base no artigo 127 e 129, incisos II e III da Constituição da República, combinados com artigo 26, inciso I, da Lei 8.625/93 e artigo 27, I da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 129 da CF), bem como o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública quanto aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (artigo 37 da CF);

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS, aos 30 de janeiro de 2020 declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e, aos 11 de março de 2020, declarou a pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, e a Permanência da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII;

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil também declarou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministro da Saúde, nos termos do Decreto 7.616/2011;

CONSIDERANDO que o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020 e do Decreto Estadual nº 15.396 de 19 de março de 2020, dando cumprimento ao disposto na Lei 13.979/2020, ao disposto na Portaria MS 356/2020 e ao Decreto Federal 10.282/2020, declarou situação de Emergência na Saúde Pública no Estado de Mato Grosso do Sul em função da infecção humana pelo Novo Coronavírus, bem como estabeleceu medidas preventivas para a contenção e transmissão do Coronavírus-Covid 19, e enfrentamento da Emergência de Saúde de Importância Nacional, no território do Estado de Mato Grosso do Sul, inclusive medidas de quarentena;

CONSIDERANDO que em razão da excepcionalidade do contexto atual, encontra-se em vigor a Lei Federal nº 13.979/2020, a qual, juntamente com Medidas Provisórias nºs 926, 951 e 961/2020, estabelece as alterações temporárias e excepcionais, enquanto perdurar a emergência de saúde pública (art. 4, § 1º), nos procedimentos a serem adotados pelo poder público para a realização de compras, contratações e controle de seus atos, com escopo de atender às demandas urgentes da população;

CONSIDERANDO que entre as principais novidades estão as relacionadas à prática de dispensa de licitação, em que para sua ocorrência devem estar presumidas as seguintes condições: ocorrência de emergência; necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; existência de risco à segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência (art. 4º-B);

CONSIDERANDO que a legislação ([§ 3º do art. 4º](#)), de forma claramente excepcional, possibilita a contratação de fornecedores de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido;

CONSIDERANDO que poderá ser excepcionalmente dispensada a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, mantendo-se, porém, a obrigatoriedade da exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 7º da Constituição Federal (art. 4º-F);

CONSIDERANDO que a aquisição de bens e a contratação de serviços não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido (art. 4º-A);

CONSIDERANDO que a legislação está a autorizar o sistema de registro de preço para dispensas de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, quando se tratar de compra ou contratação por mais de um órgão ou entidade (art. 4º, § 4º);

CONSIDERANDO que há possibilidade de contratação temporária de servidores, a qual, contudo, deve estar embasada em necessidade transitória e de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX, da Constituição Federal c.c. Lei nº 13.979/20, observada a necessidade de fundamentação, em procedimento específico, além da adoção de critérios objetivos de seleção;

CONSIDERANDO ser possível adesão a Atas de Registro de Preços quando cabível, se, nas hipóteses da circunstância fática alinhar-se ao permissivo do art. 24, IV, ou do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, sendo viável a dispensa por situação emergencial ou a inexigibilidade, respectivamente, observada a adequada instrução do processo administrativo, inclusive quanto aos elementos previstos no art. 26, parágrafo único, da mesma lei;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei Federal n. 8.666/1993, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratações públicas, exige que “a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”, especialmente para verificar a devida aplicação das verbas públicas e detectar eventuais desconformidades;

CONSIDERANDO que o ato supramencionado é obrigatório, conforme Acórdão 1632/2009 do Tribunal de Contas da União e jurisprudência do TCE/MS, o qual entende que a administração pública deverá designar um representante legal com o fim de acompanhamento e fiscalização da execução de contratos administrativos (Neste sentido Processo TC nº 4682/2015, relator Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, julgado em 19.11.2019);

CONSIDERANDO que, nas linhas do princípio da eficiência (Constituição Federal, art. 37, caput), a designação deve recair em servidor(es) público(s) que detenham capacidade e conhecimento técnico na matéria do contrato, fornecendo-lhe(s) todos os meios necessários para o fiel cumprimento das funções, bem como seja divulgado sua identificação e canais de comunicação para a população ou interessados o acionar;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 12.527/2011, que regulamenta o direito ao acesso à informação no âmbito da União, Distrito Federal e Municípios, estabelece em seu artigo 6º, que cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurar a gestão transparente da administração. Ainda, que citada lei regulamentou de forma pormenorizada o inciso XXXIII, do art. 5º, o inciso II, do § 3º, do art. 37, e o disposto no § 2º, do art. 216, todos da Constituição Federal, indicando que “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (art. 5º);

CONSIDERANDO que também em seu artigo 8º, consta o dever dos órgãos e entidades públicas em divulgar, independente de requerimentos, em local de fácil acesso, informações de interesse coletivo ou geral. Referidas divulgações devem ocorrer em “sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), conforme preconiza o § 2º, do artigo 8º, da Lei nº 12.527/2011;

CONSIDERANDO que também há expressa determinação legal da transparência pela Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO que eventual descumprimento dos dispositivos que tratam da transparência e do acesso à informação de dados públicos, pode, em tese, configurar ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) e a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) preveem inúmeras sanções às pessoas jurídicas que descumpram os contratos administrativos ou que cometam atos lesivos ao Poder Público;

CONSIDERANDO que conforme informativo do Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de 06 de maio de 2020, está a haver significativo repasse de verbas aos municípios do Estado, decorrentes do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, Emendas Parlamentares e outras rubricas;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a finalidade de “acompanhar e fiscalizar a transparência e o acesso às informações sobre as verbas recebidas da União e do Estado pelo Município de PARANHOS, bem como os gastos e procedimentos administrativos específicos (licitações, dispensa, contratos, etc) para o combate ao Coronavírus (COVID – 19)”, nos termos das “considerações” supramencionadas, e determina, para tanto:

a) seja a presente PORTARIA autuada com o ato de nomeação do Técnico responsável para atuar como secretário do feito;

b) seja o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO registrado no sistema SAJ/MP, bem como encaminhada sua PORTARIA para publicação no DOMPMS, em face do princípio da publicidade;

c) comunique-se a instauração deste procedimento à Sua Excelência, o(a) Prefeito(a) Municipal de Sete Quedas, com cópia da presente portaria, e seja

1- expedida a RECOMENDAÇÃO, ficando estabelecido o prazo de 10 dias úteis para que seja informado pelo(a) Prefeito(a) Municipal de Paranhos o acatamento ou não da recomendação e as providências adotadas, esclarecendo, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos tomados sobre cada item constante na recomendação, bem como demais informações pertinentes;

2- requisitadas informações sobre as verbas recebidas da União e Estado destinada especificamente para o enfrentamento ao Coronavírus (COVID19); a transparência e divulgação dos gastos de referida verba;

Cumpra-se.

Sete Quedas/MS, 15 de maio de 2020.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR
Promotor de Justiça